

SOCIO-ENVIRONMENTAL DEVELOPMENT IN A BORDER REGION

Davi Félix SCHREINER²

Resumo: Este artigo aborda a reorganização dos modos de produção no campo no oeste do Paraná, região de fronteira do Brasil com o Paraguai, a partir das contradições do processo denominado globalização, da modernização conservadora da agricultura e do agronegócio. A abordagem centra-se em evidenciar que o avanço do capital no campo se fez mediante a concentração fundiária, o uso intensivo de agrotóxicos, a expropriação da terra e do trabalho, em detrimento de diversas culturas/de modos de vida, à migração e ocupação de terras na área de fronteira do leste do Paraguai. Esse processo resultou em degradação do meio ambiente e em desigualdades socioambientais. Nesse contexto, programas com financiamento para projetos de restauração ambiental foram implementados. Este trabalho problematiza esse processo de desenvolvimento socioambiental transfronteiriço, explicitando práticas e representações sociais, políticas públicas-privadas que pautaram a formação do território em tela, mediante a colonização, a modernização da agricultura e o agronegócio. Essa dinâmica, permeada pela noção de desenvolvimento racional e produtivista, promoveu crescimento econômico, expropriação e degradação ambiental e, dialeticamente, a insurgência e a luta de sujeitos coletivos pelas condições socioambientais à vida e ao desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Globalização; Modernização agrícola; Agronegócio; Desenvolvimento socioambiental.

Abstract: This article examines the reorganization of modes of production in rural areas of western Paraná, Brazil's border region with Paraguay, through the contradictions of globalization, the conservative modernization of agriculture, and agribusiness. The focus is on demonstrating that the advance of capital in the countryside occurred through land concentration, intensive use of agrochemicals, land and labor expropriation, to the detriment of diverse cultures and ways of life, leading to migration and land occupation in Paraguay's eastern borderlands. This process has resulted in environmental degradation and socio-environmental inequalities. In this context, programs financed for environmental restoration projects were implemented. The present study problematizes this transboundary socio-environmental development process, highlighting practices and social representations, as well as public-private policies that shaped the formation of the territory in question, through colonization, agricultural modernization, and agribusiness. This dynamic, shaped by the notion of rational and productivist development, fostered economic growth, expropriation, and environmental degradation, while, dialectically, also giving rise to the insurgency and struggles of collective actors for socio-environmental conditions of life and sustainable development.

Keywords: Globalization; Agricultural modernization; Agribusiness; Socio-environmental development.

¹ Pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMade/UFPR), 2024-2025, pós-doutoramento com apoio financeiro da Fundação Araucária/PR, Bolsa PSD.

² Doutor em História da Ciência (História Social) pela Universidade de São Paulo (USP), Pós-Doutor (PhD) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Docente do Curso de Graduação em História e do Programa de Pós-graduação em História (Mestrado e Doutorado) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

As complexidades das relações socioambientais e da geopolítica mundial, na atualidade, evidenciam um processo multifacetado. As mudanças na contemporaneidade produziram a expansão do capital, o desenvolvimento da ciência e a inovação tecnológica, a concentração da riqueza e a sua contraface, a pobreza e as desigualdades socioambientais, na ambiência urbana, sobretudo nas metrópoles, e na rural.

Nesse terreno movediço e contraditório, de ocupação e transformação da natureza, do ambiental e de práticas de domínio sobre as classes e grupos subalternos, durante as últimas três décadas, engendraram-se múltiplos modos de insurgência e de luta a partir da infrapolítica³ de sujeitos, grupos, categorias e classes sociais subordinados, tecendo solidariedade, a emergência da luta coletiva de enfrentamento direto, e organizações sociais na luta pela vida e pelo desenvolvimento socioambiental sustentável.

As mudanças aceleradas, como jamais se tinha vivido anteriormente na história, dimensionaram a globalização da economia e do direito. José Eduardo Faria, em *O direito na economia globalizada*, dimensiona a globalização como um processo, em geral, associado às múltiplas dimensões da produção científica anglo-saxônica da década de 1980. Ela é dimensionada como “uma nova política das relações internacionais”: traduz “um vasto e complexo conjunto de processos interligados”, entre os quais:

[...] a crescente autonomia adquirida pela economia em relação à política; a emergência de novas estruturas decisórias operando em tempo real e com alcance planetário; [...]; a desnacionalização dos direitos, a desterritorialização das formas institucionais e a descentralização das formas políticas do capitalismo; [...] a realocação geográfica dos investimentos produtivos [...]; a unificação dos espaços de reprodução social, a proliferação dos movimentos imigratórios e as mudanças radicais ocorridas na divisão internacional do trabalho; e, por fim, o aparecimento de uma estrutura político-econômica multipolar incorporando novas fontes de cooperação e conflito tanto no movimento do capital quanto no desenvolvimento do sistema mundial (Faria, 1999, p. 59-60).

O excerto evidenciava, naquela conjuntura, a comunicação e as transações em tempo real entre atores de diferentes países no mundo. Mas ainda não se dimensionava tamanha escalada das plataformas digitais na atualidade, bem como sua influência econômica, política, social e ambiental. Com ela, as identidades tornaram-se mais instáveis e polimorfas. Os

³ Sobre a infrapolítica dos grupos dominados, ver *A Dominação e a arte da Resistência*, de James Scott (2013).

referenciais éticos, políticos e sociais baseados no trabalho e na comunidade, bem como as concepções de obrigação moral e de legitimidade sofreram mudanças significativas.

A globalização é uma forma de integração, cooperação e contradição socioambiental, de desenvolvimento desigual no âmbito, e ao mesmo tempo, da economia, da política, da cultura e do ambiental, do local ao nível global. A acumulação da riqueza material acarreta desenvolvimento humano pautado num paradigma meramente mercantil, promove a desintegração dos elos de solidariedade e dos modos de vida. Ela produz a exclusão e a reinserção excludente de categorias e classes sociais subalternas (Martins, 1998), engendrando o desenvolvimento desigual.

Trata-se de uma integração que entra em conflito, contraditoriamente, com o desenvolvimento sustentável. É tessitura no seu fazer-se produzindo diferenciação, ampliação de desigualdades e sentidos e práticas de sujeitos, “cidadãos globais”, individuais e coletivos, de lutar por outro paradigma de globalização (Murteira, 2007), de desenvolvimento socioambiental sustentável, justo, democrático e inclusivo.

O desenvolvimento socioambiental sustentável, utilizado como noção teórico-metodológico neste artigo, é tributário da História Social e da Geografia. Dimensiona a formação, o processo histórico-geográfico no fazer-se das experiências de sujeitos individuais e coletivos, dos seus modos de vida, nas ações de governança de instituições públicas e privadas (Willians, 1989). Consistência, pois, o amálgama dialógico e contraditório das experiências de homens e mulheres, conflitos entre e intragrupos, organizações, grupos e classes sociais.

No cotidiano, as vivências evidenciam formas, conteúdos e representações sociais de si em relação ao outro. Trata-se da infrapolítica dos grupos e classes sociais subalternas, com ausências e permanências, convergências, relações e práticas econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais⁴. Essa noção instiga a problematização processual da formação socioambiental, explicitando suas contradições a partir do presente. As vivências cotidianas, na atualidade, tornaram-se mais conflituosas e complexas. Elas, como bem observa Mendonça (2001), configuram-se inter, pluri, multidimensionais e transdisciplinares.

Por conseguinte, a concentração fundiária e a agricultura de alto nível tecnológico resultou, nas últimas décadas, na constituição de uma população para a qual não existe lugar estável de trabalho, apenas uma inserção excludente e, em geral, nas cidades. Assim, o processo capitalista é experimentado pelos agricultores familiares e trabalhadores sem-terra

⁴ Essa noção é tributária de E. P. Thompson (1981), Henri Lefebvre (1983) e James Scott (2013).

como expropriação da terra e do trabalho e de reinserção social excluente. Nos processos sociais, os trabalhadores têm se insurgido diante da necessidade de sobrevivência (Martins, 1997), em diferentes espaços e tempos.

A propaganda do Governo Civil-Militar (1964-1985), atrelada aos interesses empresariais nacionais e multinacionais, difundiu a ideia de um “Brasil Gigante”, “Moderno”, no qual o arcaico deveria ser suplantado pela mecanização do campo. À possibilidade de diminuição de esforços dedicados ao trabalho e o retorno financeiro, com a utilização de maquinários e implementos agrícolas, a utilização de agrotóxicos foi sendo introduzida vertiginosamente no campo no Brasil, por exemplo, no Oeste do Paraná. Essa configuração nos remete à noção de transfronteiras e de ambiências nas quais se tecem vivências individuais e coletivas, os modos de viver na acepção de Raymond Willians (1989). Por oportuno, cabe salientar:

A fronteira de modo algum seduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e de visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano (Martins, 1997, p. 13).

A acepção de fronteira, portanto, evidencia o imaginário e o vivido, os limites, conflitos e as contradições socioambientais. Todavia, amalgamada ao ir e vir, ao transitar entre e nas e pelas fronteiras, vivenciar culturas, transacionar: modos diversos de pensar, cultivar a terra e se relacionar com os outros sujeitos sociais, individuais e coletivos, e de interagir com o meio ambiente, constituindo ambiências. Elas se fazem de múltiplos modos nos espaços transfronteiriços. Seus conteúdos e significados são geográfico-históricos, constituídos pela racionalidade, pelos sentimentos de ou não pertencimento e de identidade(s).

Essa contextura se faz nas experiências de homens e mulheres do campo e da cidade, dialogicamente heterogêneas e conflituosas, e, ao mesmo tempo, por dimensões que se complementam. A ambiência é o espaço do social, é o *locus* das práticas e relações, dos modos de vida, no qual se constitui o desenvolvimento socioambiental sustentável. Essa tessitura faz emergir o agricultor familiar e o agronegócio, o grande e pequeno comerciante, entre os quais estão aqueles que movimentam sua empresa com produtos oriundos do contrabando de outro país.

Mediante tal configuração, entendemos que a noção de espaço transfronteiriço deve ser problematizada a partir das diversas experiências e processos socioambientais. Como se

fez a formação socioambiental do oeste do Paraná nas relações de reorganização dos modos de produzir no campo? Como se engendrou mediante os processos denominados como colonização, revolução verde e agronegócio, alicerçados na premissa da ciência racional, técnica, produtivista que promoveu a degradação do meio ambiente?

A partir dessas questões centrais, problematizaremos o desenvolvimento socioambiental desigual no espaço de fronteira em tela, evidenciando a reorganização dos modos de produzir no campo, suas contradições, a luta pela terra e o engendramento da hegemonia do agronegócio e a destruição ambiental. Em seguida, abordaremos as dimensões centrais de dois programas regionais de desenvolvimento sustentável, seus avanços e limites. Nas considerações finais, mediante o evidenciado no texto, pontuaremos a necessidade de programas e de práticas de restauração ecológica como *práxis* para o desenvolvimento socioambiental.

O desenvolvimento socioambiental desigual

A acepção de Globalização, a partir da década de 1980, demarcou um olhar sobre o mundo, suas populações e, sobretudo, sobre as novas possibilidades comerciais. Se a demarcação física, geográfica foi central para a demarcação dos limites dos Estados Modernos Europeus, no Brasil, essa prática se fez principalmente durante a trajetória da Monarquia à República. Na atualidade, exemplos se multiplicam na imprensa mundial sobre restrições e práticas agressivas e ilegais contra imigrantes, vivendo legalmente ou como refugiados. Na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA), a exemplo, a tônica tem sido de extremismos conservadores e reacionários. Esse contexto mais amplo é importante para refletir sobre as relações sociais transfronteiriças na *fronteira Guarani*⁵.

A ocupação e colonização dessa área remonta ao século XIX. No Oeste do Paraná/Brasil – Paraguai, as relações começaram a se intensificar com a colonização. A região, entre as décadas de 1940 e 1960, consubstanciou-se como área de fronteira agrícola.

⁵ Território de fronteira do Brasil com a Argentina e Paraguai, povoada no passado por índios guaranis. O governador do Paraguai, por volta de 1554, fundou várias vilas na área. Pretendia subordinar cerca de 200.000 índios que viviam na região e deter o avanço português além da linha do Tratado de Tordesilhas. Devido ao insucesso dos *adelantados*, o governo espanhol repassou o empreendimento aos jesuítas, que criaram as reduções. Com o término delas e os indígenas não dizimados no processo de ocupação e colonização da região, foram reunidos em reservas indígenas (Schreiner, 2016). Atualmente, no Paraná, as terras indígenas (tradicionalmente ocupadas ou reservas indígenas) somam 27 áreas, com uma população, formada pelas etnias Kaingang, Guarani e Xetá, de 30.460 indígenas autodeclarados (IBGE, 2022).

Nela, dimensionaram-se temporalidades distintas de reprodução ampliada do capital (extensiva e territorial), no qual se recriou a produção camponesa diante da apropriação privada da terra. Ele “consistiu, de maneira geral, na aquisição de áreas de terras por empresas colonizadoras privadas, que foram loteadas e vendidas para migrantes oriundos, em sua maioria, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina” (Schreiner; Stein, 2024, p. 34).

A privatização da terra criou uma ambiência antagonista aos modos de vida do indígena e do caboclo. A mediação do capital juntou, contraditoriamente, numa mesma situação histórica, temporalidades diversas (do indígena, posseiro, colono e fazendeiro). Engendrou desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, degradação do meio ambiente, a exploração e subjugação de trabalhadores paraguaios, a expulsão de indígenas de suas terras e sua alocação em reservas, bem como a expropriação de pequenos posseiros.

O projeto do governo federal denominado Marcha para o Oeste, por meio da ideologia do povoamento por colonos “afeitos ao trabalho”, “com experiência cooperativa”, “construtores do progresso e de uma Nova Pátria”, excluiu a população cabocla desse projeto. Tal projeto ocorreu sob o referencial do moderno, elegeu o migrante, que incorporou a centralidade ética do trabalho e é detentor de uma competitividade produtivista, como tipo humano executor do processo. Em outros termos, o modo de vida do colono, o do fazendeiro e a ação das companhias colonizadoras interagiram com a do caboclo, sobrepondo-se a ele e ao modo de vida dos indígenas. Nesse processo, surgiram múltiplas formas de resistência em contraposição à lógica capitalista, entre as quais a Revolta dos Colonos do Sudoeste, em 1957 (Schreiner, 2016).

A Colonizadora Maripá, com atividade nos atuais municípios de Toledo, Quatro Pontes, Marechal Cândido Rondon, entre outros, manifesta claramente que o trabalhador escolhido era “o descendente de imigrantes italianos e alemães”, “mão-de-obra esmerada”, de “maior valor produtivo”, “primado pela sua operosidade e pelo seu amor à terra em que trabalha” (Maripá, 1955). Os próprios colonos teuto-brasileiros se autorrepresentam como “pioneiros”, “eficientes”, de “capacidade de trabalho superior”, em oposição ao caboclo, considerado “preguiçoso”, “atrasado”, “sujo, passa a vida comendo feijão e farinha” (Seyferth, 1982).

Essas representações sociais são constitutivas de identidades, evidenciando conflitos e oposições, fronteiras culturais inter e entre grupos e classes sociais. Na acepção de James Scott (2013), trata-se da infrapolítica dos grupos subordinados, que se tecem como pose para testar limites e de práticas de resistência individual e coletiva. Nessa direção, Neusa Bloemer (2000, p. 246), em um estudo sobre as dinâmicas constitutivas de identidades nos campos de

Lages (SC), analisou as autorrepresentações dos italianos e dos caboclos, designados como brasileiros, e de cada um deles como “nós”, em oposição aos “outros”.

A autoclassificação dos brasileiros se compunha das representações como de generosos, sem ambição, que gozam a vida/festeiros e são tolerantes. Já os italianos se autorrepresentavam como caprichosos e trabalhadores. No que tange à qualificação do “outro”, os caboclos designavam os brasileiros como sovinas, gananciosos, sem gosto pela vida e que seriam intolerantes. E, por sua vez, os italianos identificavam os brasileiros como relaxados, gananciosos, preguiçosos, festeiros e imprevidentes (Boemer, 2000).

Esse discurso produziu a representação do migrante teuto e ítalo-brasileiro como um colono que se tornou próspero, enriqueceu nas novas áreas de colonização. E, finalmente, como se verá mais adiante, milhares de famílias, no processo da modernização agrícola e em decorrência da construção de usinas hidrelétricas, foram expropriados da terra. Em pesquisa sobre os reassentados devido à construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias no Rio Iguaçu, em 2000, observamos a recriação de representações em relação aos caboclos. Na atividade agrícola, essas famílias praticavam técnicas agrícolas tradicionais, porém, com o reassentamento, incorporaram a mecanização da produção, mas não teriam o mesmo cuidado nos cultivos como o colono teuto e ítalo-brasileiro. Os caboclos são, assim, representados como aqueles que “não têm a cultura de trabalhar e administrar” (Sviftalski, 2000).

A discriminação dos caboclos pelos migrantes articula a diferença pela racionalidade cultural. O caboclo desenvolvia um sistema de produção considerado antieconômico pelo migrante. A propriedade da terra não era formalizada juridicamente. A extração de produtos da floresta (a erva-mate, o couro silvestre) e a produção agrícola em pequenos roçados, com aproveitamento esparso do solo, destinava-se para a subsistência, mesmo quando parte era comercializada (Boneti, 1998). Para Chang Yu (1988), o caboclo, geralmente, fazia roças das terras de mato, onde não havia pinheiros ou erva-mate. Cortava-se o mato, que, depois de seco, era queimado. A roça era semeada sem nenhum trato à cultura após a semeadura.

A cada ano, escolhia-se um novo mato. Só se fazia nova semeadura na terra já cultivada depois que nela tivessem crescido novas árvores. As madeiras eram importantes, pelo menos sob dois aspectos: (a) para a recuperação da qualidade do solo, (b) para cercar as lavouras, impedindo a entrada dos porcos. Quando o milho estava maduro, as cercas eram colocadas abaixos para que os porcos se fartassem. Acidentes geográficos também eram utilizados para separar animais das roças. A trajetória dos caboclos é dimensionada pela migração, de agricultor sem-terra de submissão pessoal aos proprietários fundiários.

Eraídes Duarte (2001), do acampamento Dorcelina Folador, acampado do MST em Cascavel, aponta no fragmento de sua fala, a seguir, dimensões do modo de vida caboclo, a migração, o trabalho, a trajetória e a não-legalização das terras ocupadas:

Meu avô não se preocupou em legalizar a terra. Ele veio do Rio Grande do Sul, naquela propaganda do Paraná, dizendo que aqui tinha terra à vontade. Chegaram aqui, em 1949, e não compraram terra nenhuma. O meu avô se casou com uma bugre. Veio pra Campo Bonito e se apossou de uma área na beira do Rio e não comprou terra nenhuma. Criava porco a solta. Em terras que ele morou não comprou, era terra de posse. Abria, plantava, quando era pra escriturar, vendia. Por volta de 1978, ele foi pro Paraguai no mesmo sistema daqui. Não comprou terra, ficou morando num braço do Rio Paraná. Ano passado veio embora com 78 anos de idade. Nossa família sempre morou em Campo Bonito. Se for contar todas as fazendas que nós formamos tínhamos que ter uma. Plantava milho prá nós em troca plantávamos grama pro fazendeiro (Duarte, 2001).

A denominada Modernização da Agricultura, desde fins da década de 1960 ao final dos anos de 1980, mediante a denominada “Revolução Verde”, os incentivos financeiros do Estado Brasileiro às empresas privadas aos proprietários rurais, que detinham capital para acessar financiamentos públicos federais, se fez. Ao mesmo tempo, ampliou-se de modo crescente a atuação de empresas multinacionais, mediante a venda de maquinários e insumos agrícolas. Esse processo ocorreu mediante a narrativa da afirmação do moderno em oposição ao arcaico, que deveria ser suplantado como determinante para o desenvolvimento do País. E, assim, no processo, o colono, que substituiu a organização indígena e do caboclo, passou a ser substituído pela lógica de mercado, que inviabilizou economicamente as pequenas propriedades da agricultura familiar.

De um lado, pelo granjeiro, pelo pequeno empresário agrícola e pelos assalariados de granja; de outro, pelo pequeno produtor especializado na produção mercantil com base no trabalho familiar e subordinando-se à grande empresa agroindustrial. A partir dos anos de 1990, sob a roupagem do agronegócio, o modo de reorganização da gestão, das relações de trabalho e da produção capitalista no campo na relação com a cidade se intensificaram, por exemplo, mediante a integração de avicultores à agroindústria da cadeia produtiva de aves (Moreira, 2023). Ao mesmo tempo, ampliou-se a degradação do meio ambiente, a precarização das condições de trabalho e salário no campo e nas cidades, notadamente na agroindústria avícola e de suínos.

Ao interpretarem as suas vivências nesse processo, sobretudo desde fins da década de 1970, milhares de trabalhadores decidiram organizar-se coletivamente e criaram movimentos

de luta e permanência na terra, entre os quais: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984, na cidade de Cascavel (PR) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em 1991⁶.

Outros milhares optaram pela migração para outras regiões de fronteira agrícola e centros urbanos do país, bem como para a região de fronteira leste do Paraguai contígua ao Brasil. A emigração de trabalhadores do campo do Brasil para o Paraguai foi facilitada com a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação Econômica, em 1975, pelos governos brasileiro e paraguaio, e pela oferta de terras baratas daquele país. O tratado permitia a ocupação de uma área de cerca de 121 Km², por uma população de 1,2 milhão de brasileiros. Calcula-se que, durante a década de 1980, cerca de 450 mil brasileiros emigraram para o Paraguai. Uma reportagem da Revista Época (1999) estimou a existência de cerca de 1 milhão de brasileiros naquele país. Em decorrência desse fluxo, iniciado por volta de 1968, surgiram inúmeros núcleos populacionais ao longo da fronteira do Paraguai com o Brasil.

Nos anos de 1980, os *brasiguaios*, como não tiveram reconhecida a sua condição de imigrantes no Paraguai, ficaram impedidos de ter acesso à educação, saúde e outros direitos sociais; tiveram problemas para a legalização das terras, o que fez com que muitos deles pagassem a terra mais de uma vez. A imprensa paraguaia denominou o tratado como a “invasão brasileira” da fronteira do Paraguai com o Brasil (Laino, 1979).

A migração de famílias sem-terra, proprietários rurais e investidores do Brasil à área de terras férteis na região fronteiriça no leste do Paraguai, que objetivavam a expansão de posses/propriedades e o aumento de sua renda, engendrou conflitos pela terra. Trabalhadores, famílias de nacionalidade paraguaia, sem-terra ou com pouca terra, ao constatarem que seu vivido cotidiano, sem trabalho e renda para a manutenção material familiar, identificou-se num lugar e objetivos comuns e na práxis começaram a se organizar, lutar e resistir contra trabalhadores familiares sem-terra ou com pouca terra brasileiros.

O(s) designado(s) brasiguaios dimensiona(m) uma representação social que abarca e/ou oculta ao mesmo tempo. A representação de brasiguaios, em geral, é utilizada em estudos acadêmicos para designar camponeses e trabalhadores presentes no território fronteiriço entre Brasil e Paraguai. Todavia, há que se sopesar que,

⁶ É importante registrar a atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais, designados como autênticos, e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) junto aos trabalhadores atingidos por barragens e do MST. E, desde então, sobretudo a partir dos anos de 1990, de inúmeros outros movimentos de luta pela terra. Na contraposição, foi criada, em 1985, a União Democrática Ruralista (UDR).

Embora os brasileiros estivessem presentes na fronteira Leste do Paraguai desde o início do século XX, o sujeito social *brasiguao* surgiu na década de 1980, a partir das lutas realizadas nos movimentos sociais. A organização dos *brasiguais* nos movimentos sociais está relacionada ao processo de saída do Paraguai, motivada por um conjunto de dificuldades trazidas pela modernização da agricultura naquele país. Além das dificuldades de natureza econômica e produtiva, existem outras, como as irregularidades na documentação das terras, carência de assistência médica e social, diferença de costumes etc. (Fabrini, 2010).

Nessa acepção, criou-se, a meu ver, uma “territorialização precária e mobilidade dos brasiguais na fronteira”, segundo o autor. Essa contextura engendrou o retorno de centenas de brasileiros ao seu País. Outros brasileiros adquiriram grandes porções de terra na fronteira leste do Paraguai com o Brasil, inseriram-se na vida cotidiana local, constituíram empresas ou se tornaram fazendeiros com grande capital material e financeiro e, não raras vezes, portadores de nacionalidade paraguaia, tornaram-se políticos eleitos para gestões públicas.

É nessa contextura que milhares de brasileiros passam a ser designados pela imprensa como *brasiguais*, retornados ao Brasil, que vivenciaram um tempo e ambiência no Paraguai. Retornaram sem-terra e trabalho. No ínterim dos anos de 1980 a 2025, milhares de trabalhadores *brasiguais* reemigraram ao Brasil, quer seja porque não conseguiram se estabelecer como produtores familiares, devido à falta de recursos financeiros próprios, apoio financeiro governamental, ou porque estavam sendo pressionados e, ou, em conflito com o *Movimento dos Campesinos*, entre outras questões.

Em outros termos, com a mudança de regime político ditatorial e a pressão exercida por diferentes grupos políticos, latifundiários e o *Movimento dos Campesinos*, reivindicando as terras férteis ocupadas ao longo dos 400 quilômetros da fronteira seca que divide o Brasil do Paraguai, a ameaça de expulsão cresceu. Seguiram-se inúmeros conflitos e conquistas pelos campesinos. Todavia, as grandes propriedades, com titularidade de dezenas de proprietários brasileiros se efetivou em detrimento de pequenos posseiros ou com situação de titularidade precária. Milhares de trabalhadores retornaram ao Brasil e parte deles ingressaram em movimentos de luta pela terra, em especial, no MST.

Importa ressaltar que, na região de fronteira leste do Paraguai com o Brasil, como no Brasil, a luta pela terra e pela reforma agrária está muito aquém de resolução. Mulheres e homens trabalhadores vivenciam a mobilidade e a instabilidade territorial na área de fronteira do Brasil/Paraguai – Paraguai/Brasil. Não é nenhum exagero, como demonstram as evidências materiais, afirmar que a luta pela terra e tampouco a reforma agrária está resolvida

em ambos os Países. Trata-se, pois, de um problema político social que atravessa gestões governamentais em período de longa duração.

José Gasques e Júnia Conceição (2000), técnicos IPEA, fizeram um estudo para determinar a estimativa da demanda de terra para a reforma agrária no Brasil. Para a identificação e quantificação dos beneficiários, utilizaram o Censo Agropecuário do IBGE 1995-1996. Considerando pequenos proprietários (até 10 ha), arrendatários, ocupantes e assalariados, chegaram a um número total de 4.515.810 famílias beneficiárias. No Paraná, seriam 305.875. No seu conjunto, a pesquisa evidencia a persistência e gravidade do problema fundiário no País e a necessidade de realizá-la.

Na contraface da reforma agrária para o assentamento de famílias, que só ocorria mediante mobilização e pressão pública dos movimentos, a conjuntura econômica e social das duas primeiras décadas do século XXI foi de desigualdade crescente. Não obstante as pautas de defesa do meio ambiente de movimentos sociais, ONGS e ambientalistas, até a metade da década de 2000, ela ainda era frequentemente interditada na esfera pública – política na região Oeste/PR. Rapidamente, esse ambiente alterou-se, ao ponto de empresas comerciais que comercializam agrotóxicos utilizarem, nas mídias sociais, contraditoriamente, as acepções de desenvolvimento sustentável e de meio ambiente para a comercialização de seus produtos.

A partir dos anos de 1990, na conjuntura da globalização, sob a roupagem do agronegócio, o modo de reorganização da gestão, das relações de trabalho e da produção capitalista no campo na relação com a cidade se intensificaram, por exemplo, mediante a integração de avicultores à agroindústria da cadeia produtiva de aves (Moreira, 2023). Ao mesmo tempo, ampliou-se a concentração da terra, a precarização das condições de trabalho na cadeia produtiva (na propriedade, agroindústria e comercialização) avícola e de suínos.

A mecanização da produção e o uso de agrotóxicos, por sua vez, provocaram degradação de solos e dos recursos hídricos. A comercialização de agrotóxicos no Brasil, entre 2013 e 2017, como evidencia a pesquisa publicizada pelo Observatório da Questão Agrária no Paraná (2020), aumentou 76,9%, de 305,239 toneladas a 741.861 toneladas. De acordo com o estudo, “no ano de 2017, cerca de 80% de todo o volume comercializado [...] foi destinado para apenas quatro culturas: soja (52%), cana-de-açúcar (11,70%), milho (10,60%) e algodão (6,70%). Por conseguinte, há uma clara “especialização da produção com prioridade para a monocultura de soja”.

O estudo Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por Bacias Hidrográficas do Estado do Paraná, de 2017, registrou um aumento no consumo total de agrotóxicos de 7%. Os agrotóxicos, “classificados como extremamente e altamente tóxico[s] foram os que mais

aumentaram a quantidade aplicada. [...]. Os herbicidas foram a classe de uso mais aplicada, representando 55% do total dos agrotóxicos” (Ipardes, 2017, p. 9).

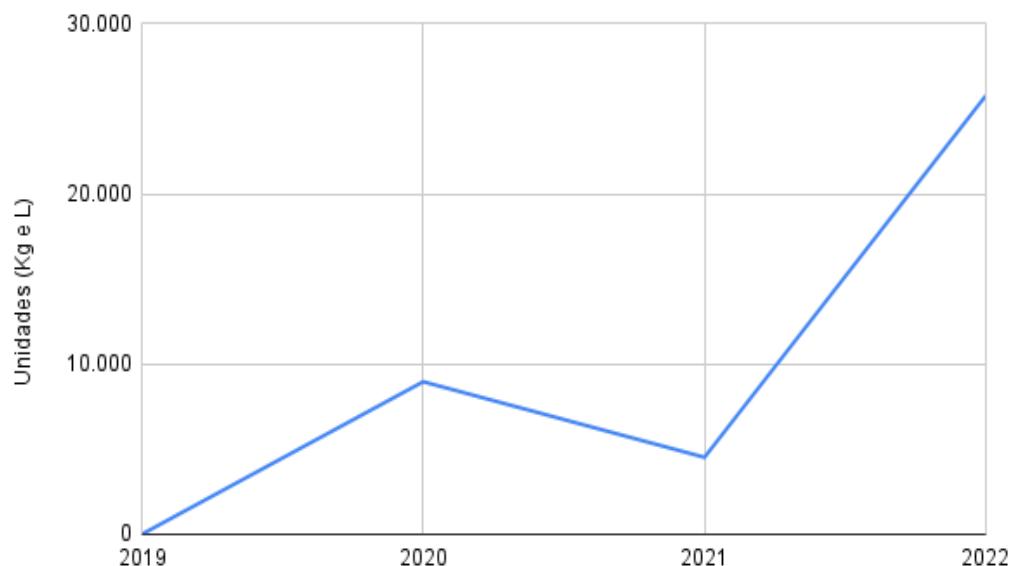
O aumento e uso intensivo de agrotóxicos se interconecta ao uso da terra para a produção agrícola: cerca de 40% da área total do Paraná é ocupada pela agricultura intensiva, seguido pelo uso da terra para a produção integrada lavoura/pecuária/floresta alterada. Em 17 bacias hidrográficas, verificou-se o aumento na quantidade de utilização de agrotóxicos altamente tóxicos (Ipardes, 2017).

As forças policiais dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, em 2021, como evidencia a matéria “Apreensões de agroquímicos contrabandeados em 2022, o volume de agrotóxicos no referido ano chega a ser 10 vezes maior do que em 2021 na fronteira Oeste do PR e MS”. A Polícia Rodoviária Federal, em 2022, apreendeu “1.587 Kg, em comparação aos 372 Kg apreendidos em 2021”. A Alfândega da Receita Federal, em Foz do Iguaçu, contabilizou “até o mês de maio, R\$ 532.949,87 em apreensões (inseticidas, fungicidas, herbicidas, desinfetantes)”. As maiores apreensões ocorreram na área de fronteira, nos municípios “de Guaíra, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste e Foz do Iguaçu” (Idesf, 2022).

Nos termos da reportagem, as apreensões de defensivos agrícolas ilegais são crescentes e vertiginosas em volume e valores financeiros.

Gráfico 01 – Apreensões do BPFront.

Apreensões BPFront (Em Unidades - Kg e L)



Fonte: IDESF (2022).

A flexibilização da legislação, segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), resultou, em 2024, na liberação de 663 novos produtos, o que totaliza um aumento de 19% em relação aos 555 registrados em 2023. O uso de agrotóxicos ocorre sobretudo em cultivos para a exportação, como a soja, o milho e o trigo, cultivados em áreas antes cobertas por florestas. A destruição delas foi intensa. Em apenas um século (1890 a 1990), a cobertura florestal do território do Paraná foi reduzida a 16 milhões 762 mil e 600 hectares, ou seja, 83,41%, para cerca de 872 mil e 600 hectares, ou 5,20% (Gubert, 2020).

Ao mesmo tempo, nas últimas sete décadas, a degradação ambiental e destruição das florestas foi crescente e se tornou intensa. Esses dados remetem ao agronegócio. O estudo “Mudança Climática, Energia e Meio Ambiente - O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo”, de Marco M. Junior e Yamila Goldfarb, demonstra que os atores do designado por agronegócio articulam campanha publicitária milionária nacional, visando “construir o consenso na sociedade de que é o setor que assegura a economia nacional”, é moderno, “proporcionando superávits comerciais”, “gerando renda e emprego como resultado dos milhões de toneladas de produção agrícola” (Junior; Goldfarb, 2021, p. 2). Porém, dados do IBGE mostram que a agropecuária “contribui, em média, com apenas 5,4% do PIB, enquanto o setor industrial com 25,5% e o setor de serviços 52,4%” (Junior; Goldfarb, 2021, p. 12).

A Revolução Verde, que reorganizou a produção no campo, há cerca de 70 anos, se impôs por meio da mecanização e tecnificação da produção que, de um lado, aumentou a produtividade, de outro lado, tem impactado “negativamente na saúde humana e ambiental”:

Contaminações químicas e biológicas, [degradação] dos solos, desmatamentos, queimadas, aumento da emissão de gases efeito estufa, redução da biodiversidade, morte de rios e contaminação dos oceanos, imposição de um padrão baseado em consumo alimentar não saudável, mortes decorrentes do uso de agrotóxicos, surgimento de doenças etc. (Junior; Golfarb, 2021, p. 31).

Em suma, a tessitura da formação econômico-social, a formação do reservatório da Itaipu, que gerou a inundação de 780 Km² de terras do Brasil e de 570 Km² do Paraguai (Germani, 2003), evidenciou um processo contraditório de exploração e expropriação e de degradação do meio ambiente. Portanto, houve um desenvolvimento socioambiental desigual. Esse contexto instigou, de diferentes modos, a elaboração de Programas Regionais Socioambientais: o Programa Cultivando Água Boa (CAB), em 2003, e o Programa Oeste em Desenvolvimento (POD).

O Cultivando Água Boa (CAB) foi elaborado e implementado a partir de 2003 e encerrou suas atividades em 2017. Sua concepção centrava-se no cuidado da vida, e, para tal, o cuidado da água, definido como central. Esse cuidado, do ponto de vista da restauração ecológica, partiu do conceito de Bacia Hidrográfica. Ela, como unidade de gestão ambiental, foi adotada como meio para definir as ações que teriam como área de abrangência a Bacia Hidrográfica do Paraná 3 (BP3), margem brasileira do reservatório de Itaipu. No seu planejamento estratégico, em 2003, a empresa definiu como missão a geração de “energia elétrica de qualidade, com responsabilidade social e ambiental, impulsionando o desenvolvimento econômico, turístico e tecnológico, sustentável, no Brasil e no Paraguai” (Itaipu, 2024).

Para tal, tratava-se de mobilizar instituições públicas e privadas, de agricultores familiares, cooperativas agropecuárias para um processo de restauração ecológica, mediante a recuperação de nascentes, reflorestamento, em especial de restituir matas ciliares, educação ambiental, incentivar a produção agroecológica, recuperar solos degradados, entre outras práticas.

Os trabalhadores rurais assentados e indígenas também obtiveram do CAB um olhar, todavia não com tanta ênfase quanto o projeto de restauração socioambiental desenvolvido junto aos demais agricultores. Na acepção prática do CAB, o tipo humano era o produtor moderno, no qual se poderia investir prioritariamente. Ou seja, o agricultor modernizado, que prosperou no processo da mecanização.

O CAB, além de documentos nacionais e de outros países, pautou-se pelos dados concernentes ao processo de desmatamento no Estado do Paraná entre 1890 e 2002. Tais dados foram fundamentais, tendo em vista que o objetivo era a qualidade de vida das populações, a melhoria da geração de emprego e renda no campo, e a restauração de ecossistemas degradados. Portanto, era essencial cuidar das nascentes, para que produzissem água boa. Sem reflorestamento das matas ciliares e para a criação de corredores de biodiversidade, isso não era e não é possível.

Ademais, havia uma emergência diante dos dados produzidos pelo convênio entre o Paraná Cidade, Ipardes e UFPR, para a elaboração de Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico do Estado – PRDE: evidenciaram que, em pouco mais “de 100 anos de desmatamento, a cobertura vegetal do território ficou reduzida a apenas 7% do território

estadual; 2,2% possuíam proteção integral e 7,8% eram unidades de conservação de uso sustentável” (Itaipu, 2009).

Mas, também, havia a necessidade de levantar os passivos ambientais nas propriedades rurais para atuar em relação a eles para saná-los. Assim, mediante diversos convênios com Universidades, equipes de professores e alunos bolsistas realizaram levantamento *in loco*, nas propriedades que margeiam a BHP3. Elaboraram “Diagnósticos ambientais” e “Planejamento de Controle Ambiental - PCA”, que, após submissão ao Comitê Gestor do CAB, uma vez aprovados, eram remetidos ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP/PR).

Depois de aprovados pelo Instituto, a equipe do CAB realizava reuniões com os proprietários rurais para a conscientização da importância da restauração ecológica, de mudanças na organização da produção e de sua infraestrutura. Entre outras práticas, para que, após o plantio de mudas de árvores nas margens de nascentes, córregos e rios, a área fosse cercada para evitar que os animais chegassem a eles para beber água e contribuir para o assoreamento.

Nos municípios parceiros, foram organizados comitês gestores. O trabalho de articulação levou a aderência ao CAB de dois mil parceiros (trabalhadores do campo, pesquisadores e extensionistas, agricultores, instituições públicas e empresas) (Itaipu, 2024). O CAB, nessa direção, pautou-se por múltiplas práticas socioambientais, na relação com partícipes, executadas nos 29 municípios que compõem a Bacia do Paraná 3 (BP3), na região Oeste do Paraná. Em outros termos, o CAB desenvolveu práticas concernentes à restauração ecológica:

[...] à quantidade e qualidade das águas; proteção, recuperação e conservação dos solos e da biodiversidade; melhoria dos fluxos ambientais, em sistemas de produção diversificados e limpos; na educação ambiental e na melhoria da qualidade de vida, principalmente dos segmentos socioambientalmente vulneráveis.

[...] é a estratégia que a Itaipu adotou para dar uma contribuição local ao enfrentamento das mudanças climáticas e demais desequilíbrios ambientais com o objetivo de adotar para si o papel de indutora de um verdadeiro movimento cultural rumo à sustentabilidade, articulando, compartilhando, somando esforços e dividindo responsabilidades com os diversos atores da BP3 em torno de uma série de programas e projetos interconectados de forma sistêmica e holística (Itaipu, p. 9 *apud* Domínguez; Pimentel, 2017, p. 8; 15).

Essa governança, entre 2003 e 2017, levou à projeção internacional do Programa e se pautou pela adesão aos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da

ONU. Tais objetivos fundamentaram as ações socioambientais do CAB, entre as quais a de reflorestamento, em “mais de 200 microbacias, nos 29 municípios da Bacia Hidrográfica do Paraná 3”. Não obstante ao encerramento do CAB em 2017, “sua metodologia e conceitos são aplicados nas várias ações socioambientais da Itaipu, refletindo um amadurecimento no processo de gestão e implementação das ações no território”, com 54 municípios no Oeste do Paraná e 1 no Mato Grosso do Sul (Itaipu, 2020).

No que tange ao Programa Oeste em Desenvolvimento (POD), criado em 2014, reuniu gestores e representantes do Parque Tecnológico Itaipu (FPTI-BR), Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (Amop), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (Sebrae/PR) e Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste Do Paraná (Caciopar). Atualmente, conta com a participação de 60 instituições públicas, inclusive de universidades por meio da NAPI/Oeste, e privadas oriundas dos 54 municípios participantes.

O POD define sua atuação como “Nossa missão em ação”, mediante a qual objetiva “promover o desenvolvimento econômico sustentável da Região Oeste do Paraná, por meio do engajamento, cooperação e de sinergia das pessoas e instituições públicas e privadas”. E, assim, melhorar “a vida e competitividade do território”, tornando o Programa “referência na promoção de desenvolvimento econômico, sustentável e integrado” da região, mediante a governança “organizada e participativa para a tomada de decisões” (POD, 2024).

A concepção de Governança permeia a organização, diretrizes e os objetivos do POD, como também do projeto do NAPI/OESTE, Governança Interinstitucional para Promoção de Pesquisa Aplicada e Inovação no Território do Oeste do Paraná, vinculado ao Programa Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPI) da Fundação Araucária/PR. Ambos os Programas interagem e cooperam a partir da consecução dessa premissa central.

A noção de governança tem sido utilizada de forma recorrente “na academia e em discussões comuns sobre como o setor público, e outras instituições, se administram e como administram suas relações com a sociedade mais ampla. A centralidade na governança evidencia, de vários modos, “as preocupações públicas sobre a capacidade de seus sistemas políticos agirem efetiva e decisivamente para resolver problemas políticos. Por conseguinte, uma das dimensões essenciais da governança é congregar gestores públicos e privados, empresas, pesquisadores, atores de diversos setores da economia, para a partir da interação e cooperação “descobrir metas e meios para alcançá-las” (Peter, 2013, p. 28-33).

A governança do POD dimensiona-se nas e pelas discussões, temas e problemas relacionados ao desenvolvimento do Oeste do Paraná. São oito Câmaras Técnicas Temáticas:

governança e empregabilidade; competitividade e logística; energias e sustentabilidade; sanidade agropecuária; ecossistema de inovação; educação e desenvolvimento humano; ambiente de pequenos negócios; e máquinas e equipamentos. As pautas das Câmaras são propostas ao Conselho de Administração do POD, para discussão e encaminhamento, e como demandas junto aos órgãos do governo do Estado e a nível federal.

Todavia, observamos certo reducionismo na governança e atuação do POD. Seu foco centra-se principalmente no desenvolvimento, na competitividade econômica, e as ações ambientais ficam obliteradas. Ao mesmo tempo, não obstante o Estatuto do Programa possibilite a participação de entidades públicas e privadas, não observamos a presença de representantes de sindicatos de trabalhadores rurais e de trabalhadores urbanos, a título de exemplo. Nesse sentido, entendemos que é imprescindível dar maior ênfase à temática ambiental, à emergência climática, à degradação de biomas e de ecossistemas, amalgamadas às atividades de produção na agropecuária e da indústria. Essa ação poderá contribuir positivamente para o desenvolvimento sustentável da região Oeste/PR.

Considerações finais

A formação socioambiental da região Oeste do Paraná e leste do Paraguai com o Brasil, como apontado neste artigo, deve ser abordada como Espaço Vivido. Como tal, as experiências humanas produzem o espaço, o território, a ambiência socioambiental de fronteira e transfronteiriça e, ao mesmo tempo, dialeticamente, vivem-na, atribuindo-lhes conteúdos, sentidos e significados. Ou seja, é o espaço/território como ele é experimentado por mulheres e homens na vida cotidiana.

O território em tela se fez por meio da exploração depredatória do meio ambiente, concentração da terra e expulsão dos trabalhadores com pouca ou sem-terra. Os pobres da terra, dos anos de 1960 aos anos de 2020, com a denominada Revolução Verde, Modernização da Agricultura e com o Agronegócio, foram em sua maioria expropriados da terra e do trabalho e forçados a migrar para outras fronteiras agrícolas ou aos centros urbanos. A inserção em relações subalternas de trabalho no campo, onde o agronegócio se tornou hegemônico, mediante o intenso desmatamento, fez-se em busca da manutenção da sobrevivência e de seus modos de vida.

Todavia, os trabalhadores, que migraram e abriram novas áreas, as relações sociais na fronteira do Brasil com o Paraguai, engendraram, em geral, a perda da terra para grileiros e

investidores das elites citadinas. Perderam suas poses, ou as venderam e retornaram à região Oeste do Paraná ou a outras regiões do Brasil. Procuraram a inserção em um processo econômico e social de intensas contradições: concentração da terra, afirmação da agroindústria pautada no modelo da integração empresa-agricultor familiar ou como empregados na agroindústria dos frigoríficos, com jornadas extenuantes, com condições de trabalho insalubres e baixos salários. Em outros termos, com a precarização do trabalho agroindustrial.

Nesse processo socioambiental, foi elaborado e colocado em prática o Programa Cultivando Água Boa (2003-20017), resultando em avanços na conservação e restauração ecológica. O Programa tinha uma dimensão socioambiental holística, de sustentabilidade do território e de suas populações, do local ao global; sua concepção de sustentabilidade dimensionava intrinsicamente a *práxis* de homens, mulheres e da natureza. Essa ambiência indicava a possibilidade de “novas formas de ser, sentir, viver, produzir e consumir” (Itaipu, 2008, p. 5).

Em suma, não obstante os financiamentos governamentais e da Itaipu Binacional a projetos socioambientais, as práticas de restauração ecológica estagnaram na sua quase totalidade ou as áreas antes restauradas sofrem nova degradação ambiental. Essa situação configura entraves à resolução de gargalos ao desenvolvimento socioeconômico sustentável da região Oeste do Paraná. Por isso, restauração ecológica amalgamada à geração de emprego e renda é dimensão essencial para o desenvolvimento socioambiental sustentável.

Concluímos que a descontinuidade e as distopias, na contextura da modernidade na atualidade, consubstanciam conflitos e contradições socioambientais. A interrupção de programas socioambientais, a falta de ações sólidas de integração e cooperação, de governança proativa entre instituições públicas e privadas na região de fronteira Oeste do Paraná e Leste do Paraguai, são entraves à preservação e à restauração ambiental, à geração de emprego e renda para o desenvolvimento sustentável desse mesmo território.

Ao mesmo tempo, verificamos a insuficiência e, ou, a ausência de políticas e programas de Estado voltados à sustentabilidade socioambiental território de fronteira do Brasil/Paraguai – Paraguai/Brasil. Isso configura uma contextura de gestão pública governamental que não atenta para a mobilidade social na região de fronteira, à insegurança alimentar, de trabalho, à reinserção social segura, legal, com emprego, trabalho e renda, propiciando condições materiais dignas à promoção da vida.

A esse conjunto de fatores, soma-se a inobservância da legislação socioambiental, a falta de políticas de Estado socioambientais, a não aderência e participação efetiva ou

Referências

BLOEMER, Neusa. **Brava gente brasileira:** migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

BONETI, Lindomar Wessler. A exclusão social dos caboclos do Sudoeste do Paraná. In: BONETI, Lindomar Wessler *et al.* (Org.). **Os caminhos da exclusão social.** Ijuí: Unijuí, 1998. p. 81-120.

CONCEIÇÃO, Júnia; GASQUES, José. A demanda de terra para a reforma agrária no Brasil. In: LEITE, Pedro *et al.* (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável.** Brasília: Paralelo 15: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. p. 85-109.

DOMÍNGUEZ, Aldira Guimarães Duarte; PIMENTEL, Fagner Barbosa. O programa cultivando água boa: uma avaliação desde a perspectiva da colonialidade. **Hegemonia,** Brasília, n. 20, p. 4-26, jan./jun. 2017.

DUARTE, Eraídes. **Entrevista.** Cedida a: Davi Schreiner. Cascavel, Acampamento Dorcelina Folador, 07 ago. 2001.

FABRINI, João. Os brasiguaios e conflitos na fronteira. **Geografares**, [s. l.], v. 8, p. 1-20, 2010.

FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada.** São Paulo: Malheiros, 1999.

GERMANI, Guiomar. **Expropriados, terra e água.** O conflito de Itaipu. Salvador: EDUFBA, 2003.

IBGE. **Censo demográfico 2022.** Disponível em: https://www.aen.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023-08/liv102018_1.pdf. Acesso em: 19 set. 2024.

IDESF. Apreensões de agroquímicos contrabandeados em 2022 chega a ser 10 vezes maior do que em 2021 na fronteira Oeste do PR e MS. **Revista (Re)definições das fronteiras.** 20 set. 2022. Disponível em: <https://www.idesf.org.br/2022/09/20/apreensoes-de-agroquimicos-contrabandeados-em-2022-chega-a-ser-10-vezes-maior-do-que-em-2021-na-fronteira-oeste-do-pr-e-ms/>. Acesso em: 07 set. 2024.

ITAIPU. Disponível em: https://www.itaipu.gov.br/userfiles/file/CAB_leituras%202009.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

ITAIPU. **Cultivando água boa.** Disponível em: https://www.itaipu.gov.br/userfiles/file/Revista_ProgramaCAB_ptbr.pdf. Acesso em: 18 abr. 2024.

ITAIPU. **Itaipu Binacional e os objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030.** 2020 (Mimeo).

LAINO, Domingo. **Paraguai:** fronteiras e penetração brasileira. São Paulo: Global, 1979.

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia.** México: Fondo de Cultura, 1983.

MARIPÁ – Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A. **Plano de colonização.** Elaboração: Ondy Hélio Niederauer. Toledo, 1955.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1998.

MENDONÇA, Francisco. Geografia socioambiental. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 139-158, 2001.

MOREIRA, Vagner José. **Os imperativos do agronegócio.** Jundiaí: Paco, 2023.

MURTEIRA, Mario. **A nova economia do trabalho.** Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

OBSERVATÓRIO da questão agrária do Paraná (Org.). **Atlas da questão agrária no Paraná.** Naviraí: Ipuvaíva, 2021.

PETER, Brainard Guy. O que é governança? **Revista do TCU 127**, Brasília, n. 127, p. 28–33, 2013.

POD. **Programa oeste em desenvolvimento.** Disponível em: <https://oestedesenvolvimento.com.br/sobre/>. Acesso em: 17 set. 2024.

REVISTA ÉPOCA. **Brasiguaios.** Na fronteira da miséria. São Paulo, 13 set. 1999.

SCHREINER, Davi Félix. **Entre a exclusão social e a utopia.** Curitiba: CRV, 2016.

SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência.** Lisboa: Letra Livre, 2013.

SEYFERTH, Giralda. A representação do “trabalho alemão” na ideologia étnica teuto-brasileira. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n. 37, 1982.

SVIFTALSKI, Lucindo. **Entrevista.** Cedida a: Davi Schreiner. Cascavel, Sede da Crabi, 21 set. 2000.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

WILLIANS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura.** São Paulo: Cia. Letras, 1989.

YU, Chang Man. **Sistema faxinal:** uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná. IAPAR. Boletim Técnico, n. 22. Londrina: IAPAR, 1988.